Sociedade e Cultura 5, *Cadernos do Noroeste,* Série Sociologia, Vol. 21 (1-2), 2003, 107-140

A SEVÍCIA DAS CATEGORIAS
Breve contribuição para o estudo dos usos e representações do tempo por parte das mulheres académicas[*]

EMÍLIA RODRIGUES ARAÚJO[**]

Resumo

Até que ponto o género é uma variável pertinente para a análise dos usos e representações do tempo por parte dos docentes do ensino universitário? De que maneira esta variável, aparentemente exógena ao campo académico, é compreendida pelos indivíduos implicados nesse mesmo campo como variável modelante dos usos e representações do tempo especialmente no que se refere aos processos de ascensão na carreira? Estas são as perguntas principais em relação às quais pretendo ensaiar algumas pistas de análise que derivam fundamentalmente da apreciação da literatura existente sobre o assunto e da sistematização da informação que recolhi através da análise documental, entrevista e inquérito por questionário. Assim, após as referências metodológicas, procuro mostrar como a carreira académica e, de modo especial, o grau de doutoramento são em Portugal tipicamente "masculinos". A seguir, com base numa análise sucinta da literatura existente sobre o progresso das mulheres na academia, mostro quais são os principais eixos de actuação do género na modelação do tempo em sentido macro estrutural (ao nível da instituição universidade) e micro estrutural (no que se refere às interacções dos indivíduos na vida quotidiana). Na parte final do artigo, e de forma muito breve, apresento alguns dados provenientes do estudo que realizo actualmente sobre usos e representações do tempo dos docentes do ensino universitário público e que são mais pertinentes no contexto da problemática.

1. Nota metodológica

No texto uso informação sobre a evolução do corpo docente em Portugal que recolhi a partir das estatísticas da educação e informação proveniente do Observatório das Ciências e Tecnologias, assim como alguns dados disponibilizados pelo Ministério da Educação. Utilizo também dados das 58

[*] Este texto está inserto no projecto Ref. nº 33677/POCTI/00 financiado pela FCT/Programa POCTI. http://www.ics.uminho.pt/ sociologia/inv/proj_inv_era.htm

[**] Assistente no Departamento de Sociologia da Universidade do Minho.

entrevistas realizadas a docentes de duas universidades portuguesas que, em 2000-01, estavam em dispensa de serviço docente para realizar doutoramento. As entrevistas foram conduzidas obedecendo aos princípios da diversidade e da saturação da informação e foram analisadas utilizando o programa de análise de conteúdo *Ethnograph*. Uso ainda informação proveniente de um inquérito por questionário realizado entre Junho e Setembro de 2003 em duas universidades portuguesas. Dos 1800 questionários enviados, foram recebidos 273 (118 respondidos por pessoas do sexo masculino e 120 do sexo feminino). É sobre este total que faço algumas observações baseadas numa análise de frequências. No artigo uso, fundamentalmente, as respostas dos docentes que estão a realizar e dos que já o realizaram o doutoramento. Apesar da consistência encontrada nas respostas aos questionários, relativamente aquelas que haviam sido as conclusões principais da análise de conteúdo das entrevistas, é necessário guardar todas as reservas quanto à extrapolação das regularidades às quais me refiro.

2. Género como categoria no seio do espaço – tempo académico

O género é uma categoria (Maccoby, 1990) e, nessa medida, é também uma "forma" no sentido atribuído por Simmel, especialmente porque estabelece um enredo do qual surgem determinadas as relações de interacção - dominação entre os agentes no mundo social (Simmel, 1908 cit *in* Levine, 1971:96 e ss). Portanto o género, mais do que ser um princípio organizador (dual) do conhecimento sobre o social, adquire valor ontológico quando, dentro de um certo código, se afirma como princípio organizador de um modo de estar no mundo. Em relação à questão da academia, deve referir-se dois aspectos: por um lado, assiste-se a um de discurso dominante de tipo funcionalista que, dualizando os papéis segundo o sexo[1], enfatiza o peso dos mecanismos formais de regulação e de equilíbrio e, por outro, verifica-se um processo de homologia pelo qual as classificações relacionadas com as distinções e hierarquizações de género deixam de "situar" apenas o sexo (homens e mulheres) e passam a denominar outros conteúdos muito mais relacionados com saberes, áreas científicas e maneiras de estar na academia (Johson e Lee, 2000).

Said argumenta, muito especificamente sobre a "ordem dos sexos" e num livro sobre a figura do intelectual baseado, em grande parte, numa apreciação das ideias de Benda, que os intelectuais "são personagens simbólicas, marcadas pela distância obstinada em relação a assuntos práticos (...) que são indivíduos completos, com personalidades fortes, acima de tudo,

[1] Apesar de usar sobretudo o termo "género", há casos ao longo do texto em que utilizo o termo "sexo" especialmente quando designo a variável a partir do seu sentido "biológico".

têm de estar num estado de quase permanente oposição ao *status quo*" (Said, 2000:25 e ss). De forma irónica, ou nem tanto assim, as mulheres, "por cujas vozes estentóricas e imprecações indelicadas são vociferadas de lá do alto à humanidade", não são consideradas (Said, 2000:25). Subjaz a esta ideia a conotação destas, por um lado, com os processos de reprodução da sociedade e, por outro, com a monotonia e a rotina, dois aspectos que não entram na actividade ("sacra") da *shcolé* (Turner, 1994/1983; Johson e Lee, 2000). É um facto que as universidades mudaram e que a actividade docente se enforma em quadros institucionais temporais marcados por uma elevada rotina, pela "descida à terra" e o deslizar da "torre de marfim" (Dubois, 1999). No entanto, a questão sociológica de fundo colocada na possibilidade da assunção do académico como intelectual, permeia o quotidiano do "mundo académico" e a identidade individual do docente universitário que vive um tempo cada vez mais profissionalizado e repartido entre as actividades de investigação, as lectivas e as de investigação (entre muitos outros, ver Slaughter e Leslie, 1997; Anderson *et al*, 2000). Se esse processo atinge a identidade dos docentes universitários como um todo, ela é tanto mais pertinente quanto mais desníveis vivenciais revela em termos de género (Delamont, 1989). De facto, tudo parece indicar que a experiência dos tempos curtos que varre a universidade actual tende a impor com mais agudeza escolhas às mulheres, o que faz da carreira académica uma carreira andrógena, não porque ainda representa uma supremacia numérica "de homens", mas porque revela, em si, a reprodução de uma temporalidade linear regida pela necessidade de "abdicar de".

3. A masculinidade do grau de doutoramento e da carreira académica

É possível observar dois tipos de indicador que nos permitem, por um lado, ver que a academia em Portugal se manteve até aos meados dos anos oitenta como uma carreira masculina, em que a superioridade dos homens se registava a todos os graus académicos, com especial notoriedade ao nível do doutoramento. Mesmo assim, permite concluir, por outro lado, que se tem assistido cada vez mais à entrada das mulheres na carreira académica ainda que sobre estas mulheres pouco se saiba em termos de escolhas profissionais e pessoais e, no fundo, em termos de percursos biográficos. Segundo dados do Observatório das Ciências e das Tecnologias (2002), em Portugal, entre 1970 e 1980, as áreas de doutoramento feminino concentravam-se na "Matemática", "Química", "Física", "Ciências da Saúde", "Ciências da Terra e do Espaço", "Estudos Literários" e "Filosofia". Embora estas fossem as áreas que nesta década estavam mais enraizadas e melhor estruturadas nas universidades portuguesas, nota-se que o número de mulheres, comparativamente

ao número de homens é muito baixo, sobretudo na "Filosofia". O carácter "sexuado" das áreas evidencia-se em dois tipos de "grupo", um que sobressai pelo seu carácter tradicionalmente "masculino" (sobretudo as "Engenharias") e outro que se releva pela sua dominação social e política (as "Ciências Jurídicas") e pelas características inerentes de raciocínio abstracto e de "penosidade" intelectual (as "Letras", a "Economia", a "História e, sobretudo, a "Filosofia" às quais se junta progressivamente a "Física", especialmente a "Física Teórica"). Segundo dados do mesmo observatório disponibilizados em 2000 no sítio deste organismo, entre 1970 e 2000, doutoraram-se 3195 mulheres, o que representa pouco mais de 1/3 (36%) dos doutoramentos totais registados (OCT, 2000b). Se tivermos em conta as diferentes décadas, poder-se-á fazer algumas observações relevantes. Entre 1970 e 1980, num total de 887 doutoramentos, cerca de 20% são de mulheres. Nesta altura, a maior parte das mulheres realiza o doutoramento no estrangeiro. Ainda que este período constitua um período de particular "contestação feminista", é importante acrescentar que as mulheres são socializadas em função de um "destino objectivo" que implica o desempenho de papéis predominantemente na esfera doméstica e familiar (Magalhães, 1998). Assim, o doutoramento, muito elitista e socialmente prestigiado, constituía um grau minoritário entre as mulheres que, de algum modo, ou estavam perfeitamente integradas no regime (principalmente quando filhas de pessoas influentes) ou, particularmente as que o realizaram no estrangeiro, desenvolviam uma veia feminista e contestatária bastante forte e acabaram, na sua maioria, por realizar opções biográficas (nomeadamente no que respeita à tomada de decisões relativamente ao tempo pessoal) semelhantes às "de tipo" masculino, "ajustando-se" aos modelos dominantes.

A esse respeito, deve precisar-se que até 1981-82, com excepção para os anos de 1972,1978 e 1981, o número de doutoramentos realizados por mulheres em universidades estrangeiras é superior aos realizados em Portugal. Em 1970, ano em que apenas 1,5 % da população residente detinha o curso superior, as mulheres matriculadas neste nível de ensino representavam 29,1% dos alunos matriculados, mas somente 24,5% do total de matriculadas chegavam a terminar o curso (Barreto *et al.*, 1997: 89, 93,94). Tal parece ser sintomático da forma como, a certa idade, as mulheres se viam na necessidade de investir em projectos de tipo mais "pessoal", abdicando dos projectos mais "profissionais"[2]. Para visualizarmos com mais pormenor quais eram as características principais dos doutoramentos nas décadas de

[2] Uso os conceitos de "tempo pessoal" e "tempo profissional" entre aspas porque se tivermos em conta o conceito de tempo e a ideias inerentes de complexidade e de multiplicidade, verificamos que ambos os conceitos constituem uma nomenclatura do social conhecido. Com efeito, em termos de experiência, não há lugar para separar os dois tipos de tempo porque ambos constituem o modo de estar no mundo dos sujeitos especialmente implicados nos processos de transformação social trazidos pela industrialização.

setenta e oitenta, importa citar um dos primeiros e principais estudos sobre os doutoramentos em Portugal da autoria de Dias, Alexandrino e Santos (1986). Os autores mostram, com recurso a estatísticas, a representatividade dos doutoramentos realizados no estrangeiro e o carácter fortemente masculinizado deste grau[3].

Segundo os dados do Observatório das Ciências e das Tecnologias (2000), reconhece-se que, de 1980 a 1990, num total registado de 2268 doutoramentos, apenas 761 são femininos e a proporção sobe relativamente à década anterior, com as mulheres a representarem cerca de 30% do total. Em 1980, ainda que a percentagem de população com o ensino superior não deferisse significativamente, o nível geral de instrução tinha aumentado e depois de 1982, a tendência inverte-se porém, o número de doutoramentos realizados no estrangeiro continua a ser bastante importante. São justamente mulheres que entram para a carreira académica num contexto sócio-político distinto dos anos setenta, beneficiando do protagonismo que haviam tido como estudantes nas décadas anteriores e cujos percursos pessoais se encaixam com relativa harmonia nos percursos académicos. Mas, é principalmente a partir de 1991-92, que se pode falar numa verdadeira viragem no que concerne à feminização do grau de doutoramento e aliás, do ensino superior em geral[4] ao ponto de a taxa de feminização do ensino

[3] No estudo faz-se uma "macro-radiografia" da "universidade dos doutores" e talvez o mais elucidativo no artigo seja a foto tirada na Faculdade de Letras de Lisboa em que é visível um *placard* com o texto: "vós que agora aqui entrais ABANDONAI TODAS AS ESPERANÇAS" (sublinhado dos autores). Do estudo efectuado pelos autores, realizado a partir de dados fornecidos pela Direcção Geral do Ensino Superior e pelas Universidades, podem destacar-se as seguintes tendências: o predomínio masculino em todas as áreas e o facto de, entre as Ciências Exactas e Naturais, a supremacia dos homens ser especialmente notada na Física, na Veterinária e na Zoologia. Analisando os dados com mais pormenor, nota-se que na Biologia o número de mulheres é semelhante ao número de homens e nas ciências da Engenharia o domínio é masculino, sendo que as mulheres aparecem sub-representadas na Engenharia Civil, Mecânica, Electrotécnica, Minas, Metalúrgica e de Materiais, Naval, Sanitária, entre outras. Entre todas as sub-áreas, as mulheres tem assento na Engenharia Química; nas Ciências Sociais e Humanas. As mulheres estão sobretudo nas áreas das Línguas e Literaturas e, em menor percentagem, na História. A Economia e Gestão, a Medicina Humana e as Ciências da Educação, constituem também áreas tendencialmente mais feminizadas. Estando os homens sobre-representados em todos os domínios, verifica-se que, no Direito, arquitectura, Filosofia, Sociologia e História o número de mulheres é muito reduzido. As mulheres efectuaram doutoramentos no estrangeiro com mais expressividade na Química, Física e na Engenharia Química. Com menos expressividade verificaram-se doutoramentos de mulheres no estrangeiro na Veterinária, na Botânica, Agricultura e Silvicultura, na Farmácia, na Eng.ª Civil, na Eng.ª Mecânica, Electrónica e de Computadores, Metalúrgica e de Materiais, História, Sociologia, Antropologia, Filosofia, Ciências Políticas, Economia e Gestão, Arquitectura e Urbanismo e Ciências Musicais. Ainda sobre a evolução do perfil dos doutoramentos, ver Gago (1994).

[4] Entre 1990 e 1995 as mulheres são maioritárias na frequência do ensino superior. Apesar disso, a grande parte delas estão em cursos "essencialmente femininos" como Ciências da Educação e Formação de Professores, Letras, Nutricionismo, Ciências Médicas, Saúde e Higiene, Informação e Documentação, áreas em que representavam mais de 70% dos diplomados em 1995 (INE, *Portugal Social 1991-1995*, 1998:48 e ss). O mesmo relatório, que se baseia na análise das Estatísticas de Educação provenientes do Ministério da Educação, dá conta de que, em Portugal, o número de mulheres diplomadas em Matemática e Informática, Ciências Naturais, Direito e Administração, Ciências Médicas é superior à média Europeia. Mesmo assim, a Religião e Teologia, as Ciências da Engenharia, Arquitectura e

superior público e privado, referente ao corpo docente, vir a ser de 37,1% em 1990-91 (Barreto *et al.*, 1997:96). As bolsas de financiamento de doutoramentos contribuíram significativamente para o aumento de doutoramentos e este está ainda relacionado com o crescimento das universidades criadas em setenta que impulsionou a contratação em larga escala de pessoal docente na sua maioria na categoria de "assistente estagiário" e "assistente". Os anos noventa constituem uma década de mudança significativa no modo de funcionamento organizacional universitário e educativo em que as universidades vêem crescer o número de cursos, assim como o número de alunos em cada curso. Esta década corresponde a uma viragem importante no modo de conceber o doutoramento enquanto prova académica e grau que confere um certo "prestígio social". A este nível e de forma muito sintética, pode afirmar-se, na esteira do inevitável processo de "erosão", que a "massificação" vem "vulgarizar" o grau e retirar-lhe muito do seu "poder simbólico" sem que isso atinja de igual modo as diferentes "culturas" próprias a cada área científica, assim como as diferentes escolas, universidades e unidades. De qualquer modo, em Portugal, mais tardiamente do que o que vinha acontecendo noutros países, como o caso do Reino Unido, dos EUA, entre outros, nos quais se vinha discutindo um novo conceito para este grau académico (Noble, 1994), o doutoramento, ainda que considerado a principal prova de "acesso" à carreira académica, é, de certa forma, "descentrado" da universidade[5]. Quer dizer, por um lado, deixa de ser apanágio de uma elite, a que entrou para a carreira académica, até porque há um número crescente de doutorandos bolseiros cujas áreas de actividade profissional não dizem respeito à universidade, e, por outro, vai deixando de ser concebido como o "trabalho de uma vida", o que está ainda relacionado com o progressivo abaixamento da idade de início formal de doutoramento e correlativa desvalorização social da categoria de "assistente".

---

urbanismo e Matemática e informática eram essencialmente masculinos. Para analisar a evolução da feminização no ensino superior entre 1960 e 1995, ver ainda Barreto *et al.* (1997:108, quadro 3.23).

[5] Os dados estatísticos indicam que em 1995, apenas 33,9% dos jovens com pais sem escolaridade chegavam ao ensino superior (INE, *Indicadores Sociais*, 1998). Pela análise do nível de probabilidade relativa de os indivíduos oriundos de cada classe terem acesso à actividade profissional no campo científico, verifica-se que o acesso à carreira científica está facilitado para os oriundos de classes mais privilegiadas. Sobre este aspecto é inevitável ter em conta o contexto político e ideológico da universidade que permanecerá, ainda na década de setenta, como um espaço de elite. De facto, pelo menos no caso Português, qualquer análise sobre os usos e representações do tempo ao nível dos docentes universitários, passará pela contemplação do efeito do "tempo histórico", nomeadamente no que se refere à aliança entre a Universidade, a Igreja e o Estado (Rosas, 1998).

(Quadro nº1) - Evolução por sexo, da taxa de crescimento dos doutoramentos

	Taxa de crescimento (%)		
ANOS	**Total**	**Mulheres**	**Homens**
1970-71	27,87	125,00	21,05
1971-72	-17,95	33,33	-24,64
1972-73	-6,25	-33,33	,00
1973-74	45,00	37,50	46,15
1974-75	-1,15	81,82	-13,16
1975-76	-24,42	-20,00	-25,76
1976-77	58,46	56,25	59,18
1977-78	-38,83	-60,00	-32,05
1978-79	65,08	150,00	49,06
1979-80	12,50	56,00	-1,27
1980-81	-2,56	-12,82	2,56
1981-82	13,16	2,94	17,50
1982-83	38,76	42,86	37,23
1983-84	20,11	40,00	12,40
1984-85	-3,72	-18,57	3,45
1885-86	4,35	22,81	-2,67
1986-87	26,85	37,14	21,92
1987-88	,36	4,17	-1,69
1988-89	24,36	22,00	25,71
1989-90	-1,46	4,10	-4,55
1990-91	-5,34	-11,81	-1,43
1991-92	10,03	2,68	14,01
1992-93	40,74	48,70	36,86
1993-94	-8,50	4,68	-15,48
1994-95	25,66	17,88	30,77
1995-96	7,22	9,48	5,88
1996-97	-3,78	5,19	-9,26
1997-98	21,84	23,05	20,99
1998-99	5,88	5,02	6,51
1999-00	12,57	21,02	6,56

Fonte:http://www.oct.mct.pt/pt/estatisticas/outrosIndicadores/doutoramentos/4.htm-16.01.02 (OCT,2000b)

Em 1990, os doutoramentos realizados por homens representavam 62% do total e em 2000, essa percentagem desce para 54%. Com bastantes oscilações entre 1970 e 1990, a taxa de crescimento do número de mulheres doutoradas mantém-se positiva por toda a década de noventa. O mesmo não acontece com a taxa de crescimento dos doutoramentos realizados por homens que, nos fins dos anos noventa, denotam um decréscimo.

Até aqui fica explícito que o grau de doutoramento foi, e ainda é, um grau predominantemente obtido por homens[6]. Não se consegue saber com certeza qual é a actividade profissional que desenvolvem as pessoas que optam por um doutoramento, no entanto, é ainda concludível que a maior parte dos doutoramentos seja realizada por pessoas que estão a dar aulas no ensino superior e que, em geral, estão interessadas na carreira académica. Esta, embora passe actualmente por um período de mudança, até porque perde importância social e política, também foi, e continua a ser, um domínio masculino apesar de os níveis hierarquicamente inferiores estarem a ser cada vez mais ocupados por mulheres, em especial nas universidades mais recentes. De forma a percebermos um pouco melhor a evolução do perfil do docente universitário em Portugal, apresentamos a seguir alguns dados estatísticos sobre este assunto.

4. Panorama geral sobre o pessoal docente universitário em Portugal[7]

Em consonância com aquilo que disse antes sobre os doutoramentos, em 1969/70 verifica-se uma forte masculinidade da profissão docente num sistema de ensino superior em que predominam as áreas de "Letras" (que incluem a "Filosofia" e a "Teologia"), seguida pelas "Ciências da Medicina", "Ciências Exactas e Naturais" e "Ciências Sociais". Tanto nas "Letras" (em especial "Filosofia" e "Teologia") como nas "Ciências Sociais", "Direito" e "Engenharia", a clivagem de género é a mais acentuada sendo um pouco menor nas "Ciências da Medicina". Em termos etários, regista-se uma concentração elevada de docentes na faixa etária até aos 34 anos que é sensivelmente análoga à registada cerca de 10 anos antes, em 1960. Em 1990, como revelam os dados, o perfil da população de docentes universitários é idêntico ao de setenta, evidenciando-se a prevalência da faixa etária até aos 39 anos. Para além disso, continua a ser uma actividade bastante masculina com sub-representação das mulheres em todos os escalões etários, à excepção da faixa etária com menos de 30 anos, em que se nota uma paridade sinalizadora dos movimentos de progressiva feminização a que se assiste em anos posteriores.

[6] Em 1999, a taxa de feminização da actividade de investigação era de 43,9% o que indiciando o aumento das mulheres nesta actividade, não serve como bom indicador porque nessa percentagem estão incluídas pessoas (de ambos os sexos) com o grau de bacharelato e licenciatura (47%), mestrado e equiparado a mestrado (25%) e doutoramento e equiparado a doutoramento (28%). Sobre este aspecto, ver dados do Observatório das Ciências e das Tecnologias (2002)

[7] O trabalho de sistematização e de compilação de informação estatística, em especial no que se refere à área da educação, tem sido polvilhado de inglória. Além das fontes de informação providenciarem dados realizados com recursos a categorias distintas, que não permitem avançar para comparações sequer sincrónicas, registam-se os casos em que as informações provenientes directamente das instituições não coincidem com os dados oficialmente publicadas pelos organismos como INE e ME.

Por outro lado, a presença fortemente masculina nos restantes escalões etários revela a herança do recrutamento e do acesso e permanência no ensino dos anos antecedentes a 1990.

(Quadro nº2) - Evolução por sexo e classe etária do pessoal docente

Ano	Total	Grupo etário									
		<30		30-39		40-49		50-59		>60	
		H	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**
1960	1539[a]	183	63	456	61	356	24	240	9	141	6
	(100)	11,89	4,09	29,63	3,96	23,13	1,56	15,59	0,58	9,16	0,39
1969/70	2285[b]	274	139	668	144	493	68	293	28	170	8
	(100)	12,0	(6,1	29,2	6,3	21,6	3	12,8	1,2	7,4	0,4
1980	9038	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1990	14716[c]	1418	1348	3338	2229	2484	1302	1416	404	915	114
	(100)	9,64	9,16	22,68	15,15	16,88	8,85	9,62	2,75	4,51	0,77

Em termos de áreas, a estatística do ano de 1990 expõe ainda uma concentração de áreas em redor das "Letras", das "Ciências Sociais", das "Ciências Exactas", do "Direito" e da "Medicina" sendo que a principal excepção diz respeito às "Ciências da Educação" que conhecem uma forte expansão, apresentando-se como uma das áreas fortemente feminizadas que, no conjunto das diversas áreas, constituem o único caso em que as mulheres são a maioria. Os dados de Barreto, baseados em estatísticas da DGES indicam que em 1996, no conjunto das universidades portuguesas (Aberta, Açores, Algarve, Aveiro, Beira Interior, Évora, ISCTE, Madeira, Minho, Lisboa, Nova de Lisboa, Técnica de Lisboa, Porto e UTAD), as mulheres representam 36,4 % da população de docentes universitários. Mesmo que corresponda a uma subida relativamente a anos anteriores, continua revelar uma clivagem significativa em termos de sexo. A Universidade Aberta, do Algarve e Madeira constituem as três universidades onde a percentagem de mulheres é a mais elevada (entre 55, 7%, 48,1% e 47,8% respectivamente). Na Técnica de Lisboa, Beira Interior e o ISCTE observam-se, por sua vez, as percentagens são mais baixas (25,7%, 27,2% e 29, 4% respectivamente), o que indica, em princípio, a clivagens de áreas científicas "tradicionais" masculinas. Um relatório

[a] Os estabelecimentos foram, excepto no total, contados tantas vezes quanto os ensinos que ministram (Estatísticas da Educação, 1960/1961 (p.3, Quadro 1). Este é o resultado da soma entre o número registado no ensino oficial (1085) e no ensino particular (454).

[b] Número de docentes no ensino oficial (1805) e no ensino particular (480). Os estabelecimentos e o pessoal docente foram contados tantas vezes quantos os ensinos que ministram (INE, Estatísticas da Educação 1969/70, p. 3, Quadro 1)

[c] Engloba o ensino oficial (12207) e o cooperativo (2509). A designação é de "Agentes de Ensino" (Estatísticas da Educação, 1990/91, p. 81 Quadro 1.1.)

recente da *Eurostat* (2001) realizado, preponderantemente, com base em estatísticas oficiais relativas a 1999 de vários países, dá conta de que as carreiras de investigação[8] são sobre masculinizadas. A percentagem de mulheres no sector da investigação, incluindo no ensino superior, é bastante inferior à dos homens.

Ainda assim, parece haver uma excepção para o caso português em que as mulheres, na investigação em organismos estatais, ultrapassam os 50% (53% - dados de 1997). Apesar dos autores adiantarem não se registar diferenças no acesso a bolsas de investigação ou financiamento de projectos em termos de sexo, deve precisar-se que no contexto europeu, a percentagem de mulheres no ensino superior em tarefas de investigação era, em 1999, de cerca de 26%. Se tivermos em conta a variabilidade por país, verifica-se que na Alemanha essa taxa é de 9%, na Irlanda de 12%, na Bélgica de 14%, na Holanda de 15%. As taxas mais elevadas aparecem na Finlândia (36%) e na Suécia (33%). Ainda a nível europeu, e considerando apenas a investigação no ensino superior, verifica-se que há uma sub representação das mulheres nas "Engenharias" e áreas afins como a "Tecnologia". As "Ciências Sociais e Humanas", assim como as "Ciências da Saúde" apresentam, em termos da média europeia, os maiores valores chegando a ser cerca de 50% na Irlanda. No caso de Portugal, reforçando uma tendência anterior, o número de mulheres nas "Ciências Naturais" é significativamente elevado atingindo os 48%.

À medida que nos afastamos dos anos setenta, estes dados, relativos à evolução dos doutoramentos e ao corpo docente, evidenciam uma forte entrada das mulheres na carreira académica e de investigação, um facto manifesto pela subida da taxa de feminização do ensino superior público e privado que passou de 10,6%, em 1960-61, para 37,1 em 90-91 (Barreto *et al.*, 1997:96).

[8] *Eurostat*, "Women in public research and higher education in Europe", *Statistics in focus*, *Science and Technology*, Nº 7/2001 (também publicado em *Women and Science,* nº118/2001). Nos casos da Alemanha, Portugal, Reino Unido e Finlândia é usada informação relativa a 1997. No caso da Áustria é usada informação relativa a 1998. No Reino Unido não é contemplada informação relativa às "Humanidades". No relatório considera-se que o sector governamental inclui departamentos públicos, secretarias e outros organismos com fins públicos. O sector do ensino superior inclui universidades, escolas tecnológicas e outros institutos de educação pós secundária, institutos de pesquisa e laboratórios ligados ou não a instituições de ensino. Não é tida em conta a investigação realizada em organismos privados.

(Quadro nº3) – Evolução por área segundo o sexo, do pessoal docente

ÁREAS		1960/61[d]		1970/71		1990/91	
		N	%	N	%	N	%
Letras	**T**	**469**	30,47	497[e]	21,75	**1541**	10,47
	H	445	28,91	444	19,43	790	5,37
	M	24	1,56	53	2,32	751	5,10
Filosofia Teologia	***T***	***361***	23,46	***275***	12,04	-	-
	H	*361*	23,46	*272*	11,90	-	-
	M	*0*	0,00	*3*	0,13	-	-
Arte	**T**	**77**	5,00	122	5,34	**483**	3,28
	H	66	4,29	90	3,94	267	1,81
	M	11	0,71	32	1,40	108	0,73
Direito	**T**	**45**	2,92	**59**	2,58	**544**	3,70
	H	43	2,79	53	2,32	414	2,81
	M	2	0,13	6	0,26	130	0,88
Ciências Sociais	**T**	**173**	11,24	**318**	13,92	**3004**	20,41
	H	133	8,64	267	11,68	2057	13,98
	M	40	2,60	51	2,23	947	6,44
Ciências Exactas	**T**	**172**	11,18	**338**	14,79	**2146**	14,58
	H	125	8,12	203	8,88	1258	8,55
	M	47	3,05	135	5,91	888	6,03
Engenharia	**T**	**122**	7,93	**251**	10,98	**1619**	11,00
	H	121	7,86	226	9,89	1283	8,72
	M	1	0,06	25	1,09	336	2,28
Medicina [f]	**T**	**333**	21,64	**473**	20,70	2128	14,46
	H	295	19,17	389	17,02	1371	9,32
	M	38	2,47	84	3,68	757	5,14
Agricultura[g]	**T**	**63**	4,09	**81**	3,54	704	4,78
	H	63	4,09	80	3,50	503	3,42
	M	0	0,00	1	0,04	201	1,37
Militar	**T**	**85**	5,52	**110**	4,81		0,00
	H	85	5,52	110	4,81		0,00
	M	0	0,00	0	0,00		0,00
Náutica	**T**			36	1,58		0,00
	H			36	1,58		0,00
	M			0	0,00		0,00
Educação	**T**			-		914	6,21
	H			-		383	2,60
	M			-		531	3,61
Outras	**T**			-		1633	11,10
	H			-		931	6,33
	M			-		702	4,77
TOTAL	**T**	1539	100	2285	100	14716	100,00

Fonte: Estatísticas da Educação

[d] Estatísticas da Educação, 1960/1961 (p.65 Quadro 82).

[e] Inclui 275 docentes relativos às áreas de "Filosofia" e "Teologia" do ensino eclesiástico (272 casos masculinos e 3 femininos)

[f] Em 1990/91, a designação é de "Ciências Médicas".

[g] Em 1990/91, a designação é de "Agricultura, Sevicultura e Pesca".

Apesar desta feminização crescente da carreira académica e como havia referido nos pontos anteriores, desconhece-se, em grande parte, qual é o tipo de perfil de usos do tempo quotidiano e biográfico das mulheres que enveredam pela carreira académica e que a ela se ajustam por escolha ou por "coincidência" Ora, como irei argumentar ao longo de todo o artigo, à partida, o género não é considerada uma variável discriminatória e, no geral, os indivíduos tendem a demonstrar que a maior parte das desvalorizações a que se assiste do tempo/profissão universitária tem a ver com a comparação entre esta e todas as outras profissões que dominantemente exigem o cumprimento de um horário estrito num certo espaço, e não com o facto de se ser homem ou mulher. A este respeito, deve mencionar-se que nos discursos das entrevistadas mulheres sobressai a preocupação em demonstrar a inexistência de práticas de discriminação e de segregação na academia. No entanto, ela existe e tem vindo a ser amplamente estudada em diversos países onde, de qualquer forma, o próprio sistema de organização da carreira universitária e de investigação e, muito especialmente o sistema remuneratório – que assenta numa base individual, favorece muito a actuação de mecanismos segregacionistas. Portanto, ainda que se deva ter em conta esta grande diferença relativamente ao contexto português, vale a pena sintetizar as principais ideias sobre este assunto que tem vindo a ser debatidas para depois podermos voltar aos nossos dados.

5. Estudos, abordagens e interpretações sobre género e academia

Independentemente da crítica que possa ser elaborada, sobretudo às perspectivas mais radicais, que estudam o entrosamento entre o mundo académico e o do tempo feminino, é central que se preste atenção a algumas das principais características do trabalho e tempo académico das mulheres que se relacionam, sobretudo, com a discussão a propósito dos níveis de equilíbrio na articulação da dualidade ser mulher/ser académica. E se Athena é a Deusa símbolo da educação e, com ela, estão a espada e o escudo, também as mulheres na academia haverão de mostrar e usar armas que as protejam dos bloqueios à sua ascensão. É assim que, a partir de uma análise das estatísticas sobre os doutoramentos nos EUA, Collins[9] (1998) conclui que, apesar do número de mulheres doutoradas ser cada vez mais elevado, as posições hierárquicas superiores, ao nível do ensino superior, continuam a ser masculi-

[9] Na literatura sobre a discriminação da mulher na academia e na sociedade americana sobressaem dois temas. Por um lado, a temática da relação entre género e classe. Por outro, entre género e etnia. De facto, uma das preocupações subjacentes a estes estudos têm que ver com a problemática do racismo em instituições como as universidades que se coloca sobretudo em relação às mulheres académicas de etnia negra (Collins, 1990). As correntes do feminismo negro e do feminismo marxista subjazem a estas teses.

nas, pois a percentagem de mulheres portadora de graus académicos mais elevados é reduzida, em comparação com o elevado número de mulheres que se ficam pelos graus académicos de base. Os autores notam ainda que as mulheres doutoradas tendem a ter mais cargos administrativos não reconhecidos, assim como cargas lectivas mais elevadas. A este respeito, Benokraitis (1998:4 e ss) introduz uma questão basilar relativa à inadequação e à incompletude das problematizações da discriminação sexual baseadas em escalas de atitude que evidenciam quatro níveis distintos de discriminação: a individual, a organizacional, a institucional e a cultural. Segundo a autora, o mundo actual caracteriza-se por formas de discriminação sexual não manifestas, e até certo ponto, não visivelmente propícias à descodificação enquanto tais (Benokraitis, 1998:6-8). Trata-se de formas subtis de discriminação que se referem a comportamentos que, de uma ou de outra forma, evidenciam um tratamento desfavorável, distinto e desigual e que ocorrem no dia-a-dia. São, na opinião da autora, micro desigualdades que configuram uma certa representação estereotipada da mulher e do seu valor, neste caso, enquanto académica. Duas dessas "micro desigualdades" (Benokraitis, 1998:9 e ss) são a subvalorização profissional e a intimidação intelectual. Exemplos do primeiro caso registam-se quando a autoridade é questionada; se é tratada como *Sra*. e não como *Dra.;* se é avaliada, primeiramente, pela aparência física; se tem de esperar demasiado pelo equipamento técnico e científico; se é desfavorecida na atribuição de horários e tarefas administrativas e, finalmente, se acaba por passar como "invisível". A intimidação intelectual passa essencialmente pela desvalorização de alguns temas de investigação, que são conotados como menos importantes e de reduzido valor intelectual, como as investigações sobre o género e a sexualidade, entre outros.

Sem falar em mecanismos de discriminação organizacional e institucional, que passam pelas políticas de contratação e de promoção, atente-se nas formas de discriminação cultural que estão bastante camufladas pelos estereótipos e preconceitos (Benokraitis, 1998:26) que afectam a própria identidade pois "a coisa mais terrível que o preconceito pode fazer a um ser humano é fazer com que ele tenda a se tornar aquilo que a imagem preconceituosa diz que ele é" (Berger, 1994:116). Um desses estereótipos relaciona-se com a desvalorização, androcêntrica, de que se as mulheres não são promovidas ou não ascendem profissionalmente é porque não estão a fazer o esforço necessário e a abdicar o bastante, em favor dessa ascensão. Nesse tipo de classificação binário, são omitidos *os* factores de natureza estrutural inscritos nos quadros preceptivos, na família e nas organizações em geral, que resultam em mecanismos selectivos e constrangedores das acções individuais e dos projectos em geral.

Algumas teses, sobretudo de origem anglo-saxónica, argumentam que muitas vezes a selecção e o recrutamento de mulheres na carreira académica é feita a partir do princípio da reprodução da dominação masculina. A esco-

lha de mulheres, principalmente nas carreiras de base, será feita contando, por um lado, com a capacidade "feminina" de organização e de obediência e, por outro, com as baixas aspirações de mobilidade profissional das mulheres, o que representa a possibilidade de perpetuação do poder masculino a níveis hierárquicos superiores. Estas teses sustentam-se, de alguma forma, na ideia de que um grupo dominante pode tornar-se inclusivo apenas até ao ponto em que veja o seu poder ameaçado. A partir do momento em que a minoria ameaça a sua estabilidade "quantitativa" tenderá a desenvolver mecanismos de selecção. Collins cita, nessa medida, os desenvolvimentos de Tolbert, Simons, Andrews e Rhee (1995 cit. *in* Collins, 1998:48) que apresentam duas teorias para explicitação da actuação dessas forças: a teoria da competição e a teoria do contacto. A primeira teoria preconiza basicamente que, à medida que um grupo minoritário ganha terreno numa organização, o grupo maioritário tende a desenvolver cada vez mais mecanismos de exclusão e de selecção tendente à desvalorização do seu papel. A este respeito, um primeiro elemento prende-se com a falta de privacidade sentida pelas mulheres como grupo minoritário que sofre das atribuições e da acentuada atenção dos outros. As mulheres, enquanto tal, tenderão a sofrer mais intensamente de pressão temporal, na medida em que sentem que têm de trabalhar mais se quiserem ter a mesma recompensa dos homens (sobretudo em áreas de acérrima competição como o são, neste momento, as áreas de tipo laboratorial). O isolamento social é outro aspecto relevante pois as mulheres, enquanto grupo minoritário, tenderão a experimentar inexistência de laços de sociabilidade. Por sua vez, a teoria do contacto explicita por que motivos os esforços de acção afirmativa melhoram as relações entre grupos sobre o domínio de algumas condições. Um dos principais dilemas tem a ver com a falta de poder institucional das mulheres e com o estatuto correspondente, especialmente se for portadora de características sócio demográficas distintas da maioria (por exemplo, ser oriunda de classe menos privilegiada). Nessa linha, os autores concluem que as mulheres, que se submetem ao estereótipo dominante conservador sobre o seu papel de "mãe" e de "esposa", terão provavelmente mais sucesso em termos de comunicação com os grupos maioritários. Aquelas que agirem em não conformidade verão os níveis esperados de produtividade e as exigências aumentarem. Considera-se ainda no estudo que, de uma forma geral, as mulheres são mais solicitadas para cargos de representação e de administração simbólica e envolvem-se mais em actividades que *consomem* tempo que poderia ser utilizado para investigação e publicação. Os homens acabam por se proteger e serem mais resguardados e aconselhados por parte dos seus orientadores no sentido de não ocuparem tempo com esse tipo de tarefas. A autora foca uma pesquisa em que demonstrava como, apesar de conflitos de papéis e de acumulação de trabalho de casa, as mulheres conseguiam uma taxa de publicações similar a dos homens (Blackburn *et al*., 1978 cit *in* Collins, 1998:67).

Em Portugal, um estudo de Amâncio e Ávila sobre a comunidade científica, denota que, em média, as mulheres publicam menos do que os homens sobretudo de forma individual (Amâncio e Ávila, 1995:147). A este respeito, apesar da limitação quanto ao universo empírico, registe-se um estudo de Gaio (2000) em que a autora evidencia, no caso da Universidade do Minho, a preferência das mulheres pela actividade de docência em contraponto à de investigação. Estas conclusões reiteram ideias de outros autores, entre os quais Fox (2001), e, no seu conjunto, abrem pistas de reflexão pertinentes sobre o modo como a percepção sobre a disponibilidade de tempo pode estar a condicionar essas "preferências".

A problemática do constrangimento exercido pelos estereótipos abrange ainda o tratamento desigual realizado pelos próprios alunos em função do sexo do professor. Para Basow (1998:135), os alunos, especialmente os das áreas não "tradicionalmente femininas", tendem a avaliar desigual e diferentemente os professores homens e mulheres, penalizando o percurso académico destas. Num artigo conjunto, Quina, Cotter e Romenesko (1998) chegam à conclusão de que ainda existe o efeito *glass ceiling*[10]. Com base num estudo a duas universidades americanas, constatam que a maioria das mulheres estão na posição de assistente, isto sem contar com as desigualdades de salário intra níveis. Mesmo quando têm funções administrativas, estão ligadas a funções de recursos humanos ou de imagem e pouco a funções financeiras. Consideram ainda que há falta de incentivo às mulheres, em especial em áreas não tradicionalmente escolhidas por estas. Além disso, verificam uma desvalorização da competência provocada pelo próprio estereótipo de que as mulheres não possuem certas habilidades e competências para a carreira científica, nomeadamente para a publicação. Por isso, só poderão compensar essa "falha" se aumentarem o esforço.

O assédio sexual e a discriminação são dois dos elementos que, segundo Welsch, funcionam como motivos para algumas mulheres deixarem o mundo académico. A autora chega mesmo a afirmar que, em algumas áreas, em que o número de mulheres é reduzido, as que existem são consideradas como símbolos femininos e adquirem uma identidade mais totémica do que individual, especialmente quando se apresentam como "femininas". O assé-

[10] O efeito de *glass ceilling* é estudado em várias profissões e refere-se especificamente às barreiras que as mulheres encontram na sua promoção, em especial a partir dos quarenta anos. Jones e Oppenheim, referindo-se ao mesmo efeito na profissão de bibliotecários no Reino Unido, apontam algumas dessas barreiras: falta de qualificações académicas, diferenças salariais, mobilidade geográfica, responsabilidades domésticas, ausência de modelos femininos de sucesso, escassez de orientadores e défice de ambição (Jones e Oppenheim, 2002:103). Luke analisa, por sua vez, percursos de mulheres académicas com funções de chefia em universidades de Hong Kong, Malásia e Tailândia e chega à conclusão de que, apesar dos efeitos de *glass ceiling* parecerem ser universais, existem efeitos locais, relativos aos sistemas de valor religiosos e culturais, que afectam a produção identitária (Luke, 2002:625). Toren (2001:50), para o contexto israelita, foca ainda a percepção de que as mulheres não possuem os requisitos e as habilitações necessárias para o trabalho criativo e a investigação teórica.

dio sexual é, de resto, um tema bastante debatido na literatura americana sobre o progresso das mulheres académicas (Lott e Rocchio, 1998:249 e ss). Os estudos revelam, ainda que para o contexto americano, que o assédio sexual[11], como factor inibidor e adversativo das relações de orientação e de continuidade científicas, se coloca, sobretudo, em relação às mulheres (Morris, 1989 cit *in* Kerlin, 17). As relações de orientação menos claras, a tomada em vista das mulheres como seres "sexuais", a força dos estereótipos masculinos (e femininos) sobre o que as mulheres podem, ou não, fazer são factores que afectam directa e negativamente o desenrolar da investigação e são vistos como impeditivos do progresso.

A gestão do tempo é um elemento chave no trabalho académico auto e hetero classificado como ambíguo no que respeita às metodologias, aos processos de trabalho, aos resultados e à avaliação destes. Carli cita vários estudos realizados nesta área para sustentar a ideia de que a carreira académica é inerentemente stressante (Gmelch, 1984, 1996; Melendez e Guzman, 1983 cit *in* Carli, 1998:275). Algumas fontes desse stresse são a carga mental, os vencimentos inadequados, a falta de perspectivas de carreira e a pressão temporal. De qualquer modo, a hipótese central da autora é a de que esse stresse afecta diferentemente os homens e as mulheres. Nesse sentido, considera-se, de um ponto de vista algo radical, que as mulheres estarão embebidas num tipo de identidade dissonante na medida em que "têm que" forçosamente decidir, ainda que a decisão esteja balizada de ambos os lados: se são competentes, ou são "anormais" do ponto de vista pessoal porque pisam o risco de "abdicar completamente de", ou estão a jogar a sorte atribuída a esquemas menos explícitos, ou são simplesmente "certinhas". Assim, a existência e a extensão do tempo interaccional (o indicador da elasticidade entre deixar de abdicar de) encalha nas classificações sobre o próprio sucesso académico que, neste plano, é percebido como "compensatório" de outras necessidades não satisfeitas. Isto acontece porque a "disponibilidade" de tempo dado (mediado) está dentro da classificação como "feminina", sendo que a sua quantidade e qualidade constituem características que permitem designar e classificar o sucesso e a vida da mulher na sociedade. Portanto, a "inexistência" do tempo interaccional não faz parte do "papel feminino" pelo que, quando isso acontece, pode ser entendido como negação da feminilidade, arriscando-se à classificação de "falhanço social", o que reitera e assegura duas ideias: por um lado, a da permeabilidade do campo académico, e das organizações em geral, aos mecanismos de controlo social sobre a mulher, amplamente estudados noutras áreas de estudo, e, por outro, a de que o dilema do tempo, em relação às mulheres académicas, é idêntico à maior parte dos dilemas acusados em relação a outras categorias profissionais

[11] Sobre o assédio sexual, ver Welsch (1999). Para uma visão desmistificadora e não dicotomizante da questão do assédio sexual, sugere-se a leitura do artigo de Williams *et al.* (1999).

(Hochschild, 1997:225 e ss). Isso quer dizer, assim, que a temática dos usos do tempo na instituição universitária não passa ao lado das diversas transformações de temporalidade vividas pelas outras instituições que compõem a organização societal em geral (Edye e Lintner:1996: 105 e 363). Concretamente, as reacções a estes diversos tipos de discriminação, que passam pela internalização da ideia de poder, são diversas (Carli, 1998:278 e ss). Uma, a das mais conhecidas, é a da negação. As mulheres, sentindo a pressão para abdicar, experienciam-na como resultado de incapacidade individual ou falta de esforço (causas externas, fatalidades) e não chegam a reconhecer essas práticas como discriminatórias, pois, de uma ou de outra forma, encontram-se razões para explicar determinado problema. Outro tipo possível de reacção tem como resultado o baixo sentimento de envolvimento com a profissão. Com base em estudos de Moore (1992;1994) e de Crosby (1982), Carli argumenta que o próprio processo de socialização "ensina" as mulheres a estarem habituadas a recompensas baixas, precisamente mais baixas do que a dos homens. A este nível, podem registar-se dois tipos de situação: ou as próprias mulheres estão satisfeitas com a posição subalterna comparativamente, não com a posição dos homens, mas com a das outras mulheres e, portanto, mostram não dar conta da discriminação; ou, dando conta da posição de menoridade, justificam-na pelo seu "menor envolvimento". Portanto, as mulheres, mesmo que sintam, por exemplo, que são mal pagas, não compreenderão isso como um motivo para um maior envolvimento, antes pelo contrário, esse facto não terá efeito nenhum (Crosby, 1982; Moore, 1994 cit *in* Carli, 1998:280). Há ainda uma estratégia poderosa: a de autoculpabilização. Como refere a autora, ainda que esta possa ser entendida como uma plataforma de mudança, no sentido de levar as mulheres a desenvolverem estratégias tendentes a melhorar a sua situação, na maioria dos casos é contra produtiva, leva ao stresse, à quebra na auto-estima e à depressão. Isto porque se trata de situações em que as mulheres elevam a autocrítica ao extremo, considerando-se incapazes. Reforçando a ideia de que, na maioria dos casos, é a discriminação e não a falta de habilidades ou competências, que leva ao insucesso académico, a autora apresenta, como tipo final de reacção, o baixo sentimento de controlo sobre os eventos revelado pelas mulheres. As mulheres em geral, afirma, tendem a atribuir o sucesso a causas externas, enquanto os homens tendem a atribuir a causas internas e em específico ao exercício do controlo sobre os percursos e decisões (Deaux & Farris, 1977; Heilman & Kram, 1978 cit *in* Carli, 1998:283). Segundo Reid, na academia, revela-se uma situação similar porque as mulheres professoras raramente vêem o sucesso neste espaço como resultado do mérito (Reid, 1987 cit *in* Carli, 1998:282), o que constitui, quanto ao que podemos dizer do nosso estudo, uma ideia polémica como iremos notar no ponto seguinte. De qualquer modo, é um facto que vários estudos indiciam que a almejada paridade de poderes entre os dois sexos, por múltiplos motivos, não está a ser

alcançada. Antes, pelo contrário, assiste-se a uma erosão do poder simbólico dos lugares que acompanha o deslocamento dos poderes ou das temporalidades dominantes. Por essa ordem de ideias, preconiza-se que as mulheres estarão a fazer escolhas de formação académica "erradas", isto é, sem poder impositivo na sociedade capitalista. Isto porque, explica Bradley (2000:3), a "ideologia igualitária", centrando-se em providenciar à mulher acesso ao próprio ensino, descura as escolhas masculinas que estará, nesta óptica, a moverem-se "mais para cima". A autora analisa dados da UNESCO relativos a diversos países, concluindo pela existência de uma forte diferenciação por género, que sustenta a tese da existência de uma forte desigualdade entre homens e mulheres no acesso a profissões com prestígio social e altamente remuneradas, o que constitui uma tese também sustentada por Edye e Lintner (1996) sobre a Europa.

Estudos mais recentes, entre os quais de Forster (2000), enunciam, para o contexto do Reino Unido, que mesmo existindo barreiras à progressão das mulheres na academia mais amplamente relacionadas com o número de publicações e com a pertença a redes de investigação, são as próprias mulheres a reportarem-se a falta de envolvimento com mundo académico como uma opção pessoal dizendo colocar, em primeiro lugar, os compromissos familiares e responsabilidades domésticas e suspender o progresso na sua carreira (Forster, 2000:316). Ledwith e Manfedi (2000) comparam, a partir de um estudo de base qualitativa numa universidade do Reino Unido, a qual chamam de "nova" por causa da existência de regras formais de combate à discriminação sexual, as perspectivas quanto à progressão na carreira de mulheres em faixas etárias diferentes. Concluem que as mulheres mais jovens estarão menos sensíveis a regras de discriminação implícitas e mais confiantes no sistema meritocrático. Por isso, argumentam que estas tendem a gerir a vida privada e familiar em função das carreiras, o que acontece diferentemente das mulheres mais velhas (Ledwith e Manfedi, 2000:7). Outro estudo que devemos citar é o de Bagihole e de Goode (2001) que, realizando uma pesquisa numa universidade surgida antes de 1992, subscrevem a permanência do sistema patriarcal que consideram marcadamente individualista (2001:161).

Uma das questões que merece destaque, no conjunto das teses já expostas, prende-se com a orientação científica isto é, com a possibilidade de beneficiar, ou não, do poder e do capital relacional do orientador quando este é um homem. A tese que mais sobressai sobre este aspecto é a de que os professores têm dificuldade em orientar muito de perto as mulheres, tomá-las como discípulas, passá-las nas redes de relacionamento académico que endurecem as imagens académicas (Vartuli, 1982, entre outros). Uma das razões relaciona-se com a possível conotação da relação com interesse sexual ou emocional sobre a mulher. Uma das ideias, segundo os autores, que pode explicar este facto, tem a ver com o facto de os professores recearem que a

mulher possa invadir os compromissos profissionais pelos compromissos familiares e, portanto, "não abdicar deles". Ao nível do doutoramento, em especifico, e da carreira académica, em geral, uma das principais tónicas tem sido colocada em redor da questão da orientação e, no fundo, da justiça do sistema de apoio e de colegialidade. As investigações permitiram concluir que, em culturas marcadamente masculinizadas, as relações de tipo homem-homem aumentam a probabilidade de integração (há mais probabilidade dos orientandos e orientadores se encontrarem noutros tempos, de participarem em actividades de tipo recreativo, entre outras); nas relações de tipo orientador-orientanda, o acesso às culturas é menos provável. Em menor grau, o mesmo aconteceria em culturas essencialmente feminizadas, em que predominam relações de tipo mulher-mulher ou mulher-homem. Esta última situação é, contudo, rara, a tendência dos estudos nesta matéria é para assinalar que as mulheres doutorandas não têm muitas alternativas relativamente à possibilidade de escolherem ou terem orientação de uma mulher que permitisse o encorajamento e a monitorização adequada ao andamento do projecto, especialmente no que se relaciona com a redução de insegurança associada. Diferentemente, os homens beneficiaram mais desta situação (Breslauer e Gordon, 1989 cit *in* Kerlin:17)[12].

Entre todas as sugestões adiantadas pelos e pelas investigadoras destaco duas ideias que me parecem mais pertinentes neste contexto. Por um lado, a critica e a argumentação em favor da existência de mais e melhores instituições de apoio às actividades que são do âmbito mais "privado", como cuidado de crianças e idosos. Por outro lado, a forma como os mesmos estudos, que denunciam (este é o termo correcto), a desigualdade de acesso e a permanência no domínio da "cultura objectiva", utilizando um conceito de Simmel (Fernandes, 1993), acabam por partilhar da necessidade de a mulher conciliar "as identidades" como "mulher" e como "escolástica" (conhecimento). A este respeito, Chrisler defende algumas medidas e recomendações às mulheres para serem notadas na academia e valorizadas independentemente de outros papéis. Um destes conselhos consiste em obrigar-se a separar tempos e a aproveitar ao máximo os tempos em casa, mesmo que sejam tempos curtos (1998:111 e ss). Levy (1982) reporta-se em especial à sua experiência pessoal e, portanto, as suas conclusões devem ser enquadradas nesse contexto. A autora defende algumas receitas para as mulheres sobreviverem no mundo académico que classifica de *white male game*. Para esta, o sucesso académico e em especial o doutoramento, assentam, precisamente, em "jogar o jogo masculino" sem perder a feminilidade. Isso passa pela adopção de todo um estilo considerado "masculino" que abarca o modo de escrever,

[12] Ver ainda Bernard (1964:15) e Brooks (1997) assim, como, para o caso português, Amâncio e Ávila (1995).

de sentar e de argumentar, assim como a maneira de vestir (discreta) e a forma de falar (afirmativa).

Em síntese, como se depreende, e sobretudo, ao nível da literatura produzida sobre o assunto, ainda que a maior parte dela diga respeito a um contexto distinto do nosso, esfacela-se na mesma lógica binária em relação ao género, em que predomina uma prática e uma interpretação (e reprodução) de tipo funcionalista que foram particularmente socializadas pelas "classes médias", espaços sociais em que as mulheres aparecem mais a "ajustar-se" aos esquemas dominantes (Riesman, 1971/1950) do que a assumir um traço distintivo que lhe é próprio. Com efeito, no caso da mulher, a permanência como escolástica é possível desde que se seja capaz de *separar* e de *abdicar* ainda que não se abdique completamente *de*. O tempo joga-se de forma muito consistente entre as opções "ser mulher" e "ser académica" e, portanto, impor-se no espaço tradicionalmente masculino (Kim, 1990). No estudo realizado por Kim (1990), que revela a permanência de discriminação segundo o género no ensino superior, mostrava-se que nas ciências de tipo não laboratorial, sobretudo nas mais feminizadas, a pressão da escolha não se evidenciava tão acentuada, isto é, o "ser mulher" não se jogava de forma assimétrica relativamente ao tempo profissional, sobretudo, à assunção da identidade como académica[13]. O argumento tece-se em redor da ideia da própria valorização social das áreas, que acarretaria em si, menos competitividade e, portanto, menor premência da escolha no caso das mulheres. Paralelamente implicaria maior relevância e segurança no que concerne aos percursos masculinos, isto porque, mesmo sendo menos masculinizadas, o princípio da dominância masculina sustentará a valorização e (a cedência) ao esquema da oposição ser mulher/ser académica. A este nível, a ideia que deve retida é esta: a literatura continua a acentuar, nas diversas áreas, a permanência da reprodução androcêntrica nas organizações (Smith, 2002:534). Esta abordagem põe em foco a falácia das abordagens do capital humano e revela a existência de outros factores estruturais condicionantes associados ao género, entre os quais, a origem social e a etnia. No que respeita aos dados que recolhi, e tendo em conta a intersecção de informação proveniente de fontes distintas, é cabal argumentar que nas ciências de tipo não laboratorial (isto é, "Ciências Sociais" em Geral e "Artes e Humanidades"), há uma fluidez de percurso que parece evidenciar-se mais por efeitos de política temporal institucional do que por "opções" de índole individual e biográfica. Também aqui a temporalidade feminina se experiencia mediante a dualidade "ser mulher"/"ser académica", ainda que, por efeitos da cultura temporal institucional (retardando ou acelerando nas áreas de menor índice de conformismo), a mulher tenha mais margem de manobra para articular o tempo pessoal e biológico com o tempo profissional e de uma forma geral, viver essa

[13] Não se refere a "académica" em si mas a "cientista".

coexistência. A "Economia" e, sobretudo, o "Direito" e as "Engenharias" são áreas onde a assimetria "ser mulher"/"ser académica" se apresentou ser mais forte. Este modelo também se reflecte nas áreas científicas mais "feminizadas" como "Ciências da Terra", "Química", "Engenharia Biológica" e "Matemática". Estas são, no entanto, áreas em que as mulheres demonstram gerir de forma mais fluida e consensual, sobretudo, os tempos de "mãe" e o de "académica", o que pode indicar, de forma ainda que ténue, a experimentação de uma dualidade não tão "naturalizada" como no primeiro grupo referido.

6. Uma reflexão inicial sobre os dados recolhidos

No que tem a ver com a temporalidade organizacional, como referimos na introdução, o estudo não chega a aprofundar as questões relacionadas com os processos de discriminação sexual. A este respeito, o discurso da igualdade faz-se principalmente por referência ao mérito e à competência. Nas áreas de tipo laboratorial, mais masculinizadas, as mulheres invocam experiências de "gozo" e de "delicadeza" " que não aparecem, contudo, auto consciencializadas como práticas segregacionistas, a não ser em casos mais extremos e mais raros quando as entrevistadas (não entrevistados) se referem à existência de comentários tipo "ser mulher e basta" ou "a dispensa para doutoramento é uma espécie de licença de parto". Posso citar, a respeito desta tendência e para afirmar a inexistência de selecção baseada no sexo, o caso de Marta (nome fictício). Esta está convencida de que é prejudicada pelo facto de ser mãe quando se compara com marido, que também é docente universitário, e que, na sua óptica, consegue mais disponibilidade temporal. Mas a "explicação" que dá, quando é confrontada com a possibilidade de isso acontecer pelo facto de "ser mulher", é centrada na ideia do mérito, da capacidade intelectual afirmando:

- "Tu fazes o doutoramento e tu passas para a outra categoria. Isso é importante"

E acrescenta, na esteira da "distância à necessidade" implícita no sentimento de que faz o que deve e que tem aquilo que lhe é devido que:

- " *Só depende de ti*".
Com efeito, assegura ainda que depende:

- "*Da maneira como tu puseres a tua vida pessoal*" que é algo mais, isto é:
- "*É a maneira como tu consegues concretizar isso, depende de ti, mas não é por seres homem ou mulher*".

As entrevistas revelam uma realidade que não é possível acercar através de inquérito por questionário. De facto, como irei afirmar no relatório final do estudo, grande parte da problemática em relação à participação das mulheres no mundo da cultura objectiva, neste caso, na actividade académica, coloca em rota de colisão dois mundos e dois domínios: o concreto e rotineiro das atribuições domésticas e familiares e o da criatividade e da originalidade intelectual. Em ambos estes mundos, tantas mulheres, como homens são co-participantes ainda que se observe, sobretudo levando em conta os discursos masculinos (estou a referir-me às entrevistas), que a desigualdade nos usos e disponibilidades do tempo é tomada como "inerente" à "condição" de mulher. Importa evidenciar que as entrevistas, tanto masculinas, como femininas, acabam por revelar, porque potenciam um nível elevado de reflexividade, como as desigualdades no uso do tempo em termos de género, a que se assiste no contexto da actividade académica, desvendam clivagens nos usos do tempo verificadas noutros espaços, entre os quais as empresas e a família[14]. Assim, apesar de ser mais acentuada a consciência dessa afectação do que propriamente a da existência de processos de selecção, discriminação e desvalorização no campo académico, seria inconsequente não ter em conta pequenas acções do quotidiano que continuam a afirmar a dominância da temporalidade linear que obriga a escolhas de tipo "abdicar/não abdicar" *independente* do género *mas* sobretudo *no que respeita* ao género.

A exposição que segui até agora centra-se, como referi na nota metodológica, na análise das entrevistas realizadas em 2001 e 2003 e numa análise parcial da literatura sobre a relação entre género e academia. No entanto, disponho ainda de informação proveniente de um inquérito por questionário aplicado entre Junho e Setembro de 2003 nas duas universidades onde tinha conduzido as entrevistas. Foram aplicados 1800 questionários e desses, apenas foram recebidos 273, o que torna a análise de dados bastante relativa e circunscrita. Para este texto tive em conta as respostas daqueles docentes que

[14] Remeto o leitor para o sítio da *Fundação Europeia Para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho* onde se encontram diversos estudos recentes sobre a temática dos usos do tempo e, também, sobre as disparidades europeias a respeito de acções de intervenção neste campo. http://www.eurofound.ie/publications/Living%20Conditions.htm. Recomendo ainda a apreciação da informação do inquérito sobre a ocupação do tempo do INE (2000). Ainda sobre esta questão, considero particularmente importante mencionar um aspecto que aparece em grande parte dos agradecimentos que são feitos nas teses de doutoramento e que encontrei numa amostra de teses existentes na Biblioteca da Universidade do Minho. Com feito, são principalmente os homens que expressam "gratidão" às mulheres (esposas, companheiras, sogras e mães), pelo facto de estas terem participado, sobretudo nos anos terminais da tese, na realização dos trabalhos domésticos e no cumprimento de tarefas administrativas e mais burocráticas. Da mesma forma, acho interessante citar a tendência geral que encontro nas entrevistas realizadas às mulheres que, em grande parte dos casos e a certa altura durante a narrativa, acabam por se queixar da falta de disponibilidade de tempo para a concentração intelectual e, principalmente, da menor colaboração dos parceiros nas tarefas referidas.

estão a realizar o doutoramento ou já o realizaram. Só pontualmente usei a informação de todos os docentes que responderam.

6.1. Representações sobre a duração dos doutoramentos

Em relação à informação recolhida que mais directamente tem a ver com a problemática do género, comecemos por abordar o modo como, na generalidade, os inquiridos admitem que o sexo não é uma variável determinante na maior ou menor extensão da duração do doutoramento[15]. Não obstante, e tendo em conta o facto de ter sido reduzida a taxa de respostas, é possível problematizar um pouco mais os efeitos do género com base na observação cuidada das tabelas de frequências. A primeira observação prende-se com a representação da duração dos doutoramentos (em que aos inquiridos é pedido que expressem a sua opinião quanto ao peso do sexo dos doutorandos no encurtamento do tempo). É perceptível que existe a tendência para assinalar as respostas menos conotadas ("não sabe" e "é igual"). No entanto, como é dado a observar pelo quadro nº4, essa tendência é especialmente notada nas respostas masculinas, em que uma parte muito reduzida de inquiridos consideram serem as mulheres as que terminam mais cedo o doutoramento. De facto, o que é mais relevante apontar é que as respostas das mulheres acabam por se desvincularem mais da tese de igualdade e revelarem uma certa "consciência de classe" quando estas consideram serem os homens os que terminam mais cedo.

(Quadro nº 4) - Representações sobre "quem termina mais cedo o doutoramento" segundo o sexo

	Homens	Mulheres
	%	%
São as mulheres	5,4	8,0
São os homens	3,8	23,2
É igual	46,9	28,8
Não sabe	43,8	40,0
Total	100,0	100,0

[15] O nível de associação entre o sexo e um conjunto de variáveis das quais falo a seguir não se observou ser significativo do ponto de vista da prova estatística (nível de significância do teste *Kolmorogov-Smirnov Z*> 0,05)

Quando se observa a quantidade de tempo assinalado pelos inquiridos relativo ao intervalo entre o fim da dispensa e a entrega final da tese, os dados indicam que as mulheres demoram mais tempo (cerca de 4 a 5 meses) a concluir a tese do que os homens que em média, entregam a tese passado um ano após o fim da dispensa. No entanto, porque se trata de um grupo reduzido de docentes, convém notar que uma análise feita à informação existente numa base de dados sobre o pessoal docente numa das universidades em estudo, demonstrava que, em relação à duração da preparação de doutoramento, não existiam diferenças significativas em termos estatísticos entre mulheres e homens (Araújo, 2002). É que a mesma informação deixava antever que a ascensão na carreira no período pós doutoramento fosse mais célere no caso dos homens do que no caso das mulheres que, como notaremos mais à frente, afirmam mais frequentemente adiar projectos de tipo mais pessoal, como a maternidade, para a "altura" em que terminam o doutoramento.

6.2. A ascensão na carreira académica em Portugal

A respeito dos processos de ascensão na carreira académica, deve reter-se a ideia de que, tanto os inquiridos de sexo masculino, como os de sexo feminino, consideram que o sexo não afecta os processos de ascensão na carreira, da mesma forma que interferem outras variáveis, como as "relações privilegiadas com pessoas que têm poder", o "esforço" e o "talento" (quadro nº5) ainda que nestas, possa estar camuflada a importância atribuída ao género.

(Quadro nº5) - Factores que contam mais para ascender na carreira académica em Portugal segundo o sexo[a]

	Homens		Mulheres	
	1ª escolha (%)	2ª escolha (%)	1ª escolha (%)	2ª escolha (%)
O talento que as pessoas têm	16	13	11	7
O esforço que as pessoas fazem	11	16	12	13
Ser-se homem ou mulher	,00	8	0	2
Ter relações privilegiadas com pessoas que têm poder	19	10	21	10
Ter sorte	2	7	2	8
Ter uma origem social mais favorável	0	1	,00	1
Pertencer a uma universidade com prestígio internacional	2	2	2	7

a. Homens= 128 Mulheres=122

O que restará para problematizar ainda mais, e à luz da literatura apresentada anteriormente, será até que ponto nestas respostas se plasmam preconceitos que ajudaram, ao longo do tempo a construir uma certa representação de "mulher" académica como "organizada"; "certinha"; "paciente", "eficiente" e desligada dos espaços e tempos políticos[16].

6.3. Estratégias de continuidade e de orientação científicas

A informação recolhida através do inquérito por questionário mostra, na linha dos principais estudos realizados nesta área e já explicitados que, na sua maioria, os orientadores da tese de doutoramento são do sexo masculino, pois representam 71,5% no total (221). Além disso, observa-se que a maior parte dos orientadores de sexo feminino (dos que responderam) orienta teses de mulheres (quadro nº6), o que, entre outros, poderá estar relacionado com o facto de se registar uma supremacia numérica de homens nos níveis hierárquicos superiores ao de "professor auxiliar".

(Quadro nº 6) - Orientadores da tese segundo o sexo

	Homens	Mulheres
	%	%
Orientadores	90,7	64,9
Orientadoras	9,3	35,1
Total	100,0	100,0

A larga maioria de docentes realizou o doutoramento na mesma universidade a que pertence e no mesmo departamento e escolheu orientadores que já conheciam anteriormente. No entanto, merece destaque o facto de se observar que, em termos comparativos e proporcionais, a escolha de orientadores de sexo feminino se processa, com mais realce, dentro da mesma universidade e do mesmo departamento e, quando muito, recorrendo a outra universidade nacional mediante os conhecimentos que se

[16] É pertinente observar que não há diferenças relevantes quanto às características mais apreciadas na carreira apontadas por mulheres e homens. A "investigação", o "ensino" e a "investigação e o ensino", são os três aspectos mais assinalados tanto por homens, como por mulheres. Contudo, em termos qualitativos, parece haver uma diferença quanto à natureza dos aspectos menos positivos encontrados pelos inquiridos na carreira académica. Com efeito, a "burocracia/tarefas administrativas" e a "competição/rivalidades e intrigas) são a dupla de itens mais apontados, tanto por inquiridos do sexo masculino, como do sexo feminino. Acontece, no entanto, que se destaca ainda, no conjunto de aspectos assinalados pelos homens, a "desorganização e má liderança", que é muito menos assinalado pelas mulheres.

possuía anteriormente ou seguindo sugestões de outros professores e colegas. No caso dos orientadores do sexo masculino a tendência é dissemelhante na medida em que ¼ destes pertencem a universidades estrangeiras e, muito embora tivessem sido escolhidos com base em conhecimentos anteriores, assim como em sugestões de outros professores e colegas, uma percentagem deles abordou os orientandos pessoalmente no sentido de ser seu orientador. Não é, assim, inesperado que haja uma percentagem expressiva de orientadores do sexo masculino estrangeiros pois, em termos proporcionais, cruzando o sexo e o local de realização de doutoramento, verifica-se que 28,8% do homens (num total de 108), realiza o doutoramento no estrangeiro sendo que apenas 14,8%, do total de 115 mulheres, o fizeram. Esta clivagem apresenta-se, mesmo assim, mais forte nas "Ciências da Engenharia e Tecnologia", nas "Ciências Exactas" e nas "Artes e Humanidades" sendo menos pronunciada nas "Ciências Sociais" e nas "Ciências do Ambiente e Natureza". Deve acrescentar-se, no entanto, que apesar de ser considerável o peso da especificidade das diversas áreas, essas práticas estão principalmente ligadas às *sub culturas* departamentais e orgânicas.

6.4. Representações sobre ambientes científicos e académicos

Os dados relativos ao tipo de integração ao nível da investigação desenvolvida para doutoramento indicam que as mulheres tendem a assinalar mais vezes a existência de uma investigação conduzida em estreita ligação com o orientador e de forma individual. Ainda que o modelo dominante seja o da investigação individual, observa-se que os homens indicam tendencialmente mais vezes o facto da sua investigação estar integrada em grupos com menos de 15 pessoas (que é, também, o segundo modelo mais assinalado por e "Ciências da Engenharia e Tecnologia").

(Quadro nº7) - Indicação sobre o grau de dependência da investigação de doutoramento segundo o sexo[a]

	Homens (%)	Mulheres (%)	Total
Num grupo com mais de 15 pessoas	3,7	,5	4,1
Num grupo com menos de 15 pessoas	11,0	5,9	16,9
Em colaboração com o orientador	11,0	13,2	24,2
Realizada de forma individual	22,8	32,0	54,8
Total	48,4	51,6	100,0

a. Homens= 106 Mulheres=113

A este respeito, e contando com a limitação da análise estatística, deve ainda referir-se que as mulheres se apresentam tendencialmente mais insatisfeitas quanto à influência que têm na tomada de decisões, à participação dos doutorados em decisões que envolvem os não doutorados, à implicação dos doutorados nas estratégias de investigação, à intensidade da discussão científica e quanto ao grau de *colegialidade* (cooperação) entre docentes em geral. Esta tendência pode ser verificada no quadro nº8, apresentado a seguir.

(Quadro nº8) - Níveis de satisfação segundo o sexo dos inquiridos

	Homens (%)					Mulheres (%)				
	(1)[a]	(2)[b]	(3)[c]	(4)[d]	(5)[e]	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Nada satisfeito	10,0	6,2	8,7	23,7	17,6	13,7	10,6	11,3	21,9	16,9
Pouco satisfeito	25,4	18,6	33,1	32,8	23,7	28,2	26,8	35,5	46,1	30,8
Mais ou menos satisfeito	38,5	51,9	35,4	23,7	32,8	40,3	47,2	37,9	20,3	33,1
Bastante satisfeito	23,1	20,9	20,5	15,3	20,6	14,5	14,6	13,7	10,9	14,6
Muito satisfeito	3,1	2,3	2,4	4,6	5,3	3,2	,8	1,6	,8	4,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

a. A influência que tem na tomada de decisão

b. A participação dos doutorados nas decisões que envolvem não doutorados

c. A implicação dos não doutorados nas estratégias de investigação

d. Intensidade da discussão científica

e. Colegialidade (cooperação) entre docentes em geral

6.5. Alguns dados sobre os usos do tempo

No que respeita à articulação de tempos e olhando de novo para os dados relativos a todos os docentes que já realizaram doutoramento, verifica-se que os docentes do sexo masculino revelam um índice de pressão temporal[17] só muito ligeiramente superior ao das mulheres[18]. Se o tempo dedicado a

[17] Calculado a partir da contagem do número de respostas verdadeiras na seguinte escala: *Sente que esperam demasiado de si; Gostaria de ter mais tempo para si; Tenta fazer demasiadas coisas ao mesmo tempo; Tem um familiar gravemente doente; O tempo que dedica a actividades domésticas e cuidados com familiares não é, a maior parte das vezes, reconhecido pelos membros da família; Lamenta não ter tempo suficiente para a família e amigos; Considera-se uma pessoa viciada no trabalho; Reduz as horas de sono quando precisa de mais tempo; O tempo que dedica a actividade profissional não é valorizado como gostaria; Gostaria de ter um horário de trabalho diferente do que tem; Praticamente só tem tempo livre porque é obrigado/a; Sente que não tem tempo para se divertir; Sente-se apressado/a com bastante frequência; Gostaria de ter mais tempo para trabalhar; Sente que interrompe demasiadas vezes a sua actividade para atender a tarefas relacionadas com a sua vida privada; Sente-se culpado/a quando não preenche um número de horas com actividades profissionais*

[18] 7,55 para os homens e 7,37 para as mulheres

actividades domésticas e aos cuidados com idosos não oferece perspectivas de comparação significativa, nota-se que as mulheres dedicam, em média, mais cerca de uma hora diária ao cuidado com crianças do que os seus congéneres do sexo masculino. Quanto à quantidade de tempo dispendida em actividade profissional é agora visível que os homens nela dispendem, em média, mais uma hora do que as mulheres[19]. Apesar de não ser possível argumentar uma relação de associação, do ponto de vista estatístico, em relação às variáveis como a idade na altura da dispensa e no momento do primeiro filho, os dados mostram algumas tendências que se abrem à exploração futura. Com efeito, tendencialmente as mulheres são mais novas do que os homens quando iniciam a dispensa para doutoramento (32 anos no caso das mulheres e 33 no caso dos homens). São também as mulheres que indicam terem sido mães pela primeira vez mais cedo do que os homens (29 anos no caso das mulheres e 30 anos no caso dos homens). A este respeito, parece-me importante mencionar que a maioria dos inquiridos que responderam são casados havendo, no entanto, espaço para se afirmar em termos comparativos, são mais as mulheres solteiras e que vivem sós.

Como se depreende, há características notoriamente femininas nos usos do tempo e em especial no que se refere ao tempo biográfico, e sua conciliação com o tempo da carreira, que se reflectem, por um lado, nas quantidades de tempo atribuídas a actividades de foro mais "pessoal" e, por outro, na representação de que os homens ascendem na carreira académica de forma mais célere. Ainda a este respeito e observando as respostas daqueles docentes que estão ou estiveram em dispensa para doutoramento, nota-se que são as mulheres que indicam mais vezes terem antecipado ou adiado eventos da sua vida por causa da entrada em dispensa para doutoramento. A este respeito, como já referi, a maternidade e o casamento são os tipos de eventos mais frequentemente referidos.

Algumas reflexões finais

É fundamental destacar que o género, por ser uma construção social, é uma variável capital a ter em conta no estudo dos usos e das representações do tempo. Essa pertinência está em qualquer área ou grupo profissional mas ganha relevo na academia por duas razões adicionais: é uma actividade que, aos longos dos tempos, tem sido predominantemente masculina e trata-se de uma actividade que não comporta uma geometria definida em termos de espaço e de tempo, favorecendo mecanismos de ajuste que entram nos processos de desvalorização do tempo, estes orientados pelos referenciais lineares. A discussão sobre o género e academia é complexa e dá azo a grandes

[19] 8,82 horas no caso dos homens e 7,95 horas no caso das mulheres.

trabalhos de Penélope, tal é a extensão das interdependências entre factores e variáveis. Neste pequeno artigo fico por uma breve exploração da informação e nele não pretendi fazer uma sociologia dos "dominados" que procurasse "mostrar" como as mulheres, ao entrarem no mercado de trabalho, se obrigam ou se ajustam a uma lógica binária (entre o abdicar de/não abdicar completamente de) que, no seu âmago, revela um estado de subordinação e ajuste à temporalidade de tipo masculino, linear. Pretendi, sim, evidenciar que os processos de discriminação a que se assiste no campo académico, passam-se em demasiados interstícios que não são passíveis de uma redução *estatística*. De facto, penetrando nas diferentes narrativas e revelando-se a menor ou maior consciência no encontro dos motivos explicativos da acção/situação, verifica-se que a criação e a reprodução das desigualdades se processam, como é próprio da omnipresença do poder no contexto da acção, ao nível das interacções diárias entre indivíduos internos e externos ao campo e actuam, na maior parte das vezes, de forma implícita e subliminar, tornando difícil a destrinça de fronteiras.

Pretendi, igualmente, demonstrar que a carreira académica em Portugal evidencia uma supremacia numérica dos homens, embora se tenha vindo cada vez mais a afirmar como uma actividade "feminina". Após ter efectuado uma síntese sobre a literatura que mais se tem debruçado sobre os processos de ascensão e de discriminação das mulheres na academia, usei alguma da informação de que disponho e que obtive através da utilização da entrevista e do inquérito por questionário. Realçando o carácter exploratório do estudo, mostrei, a este respeito que de forma activa e explícita, o género não se assume como veículo de práticas discriminatórias dentro dos espaços organizacionais onde parece ser determinante a regulação igualitária formal dominada pelas teses sobre o capital humano. Mesmo assim, e através da análise das respostas aos questionários, verificou-se que os orientadores de tese de doutoramento são predominantemente do sexo masculino e que, no caso de serem mulheres a orientar, os seus orientandos são também maioritariamente do sexo feminino. Verificámos ainda que a experiência da dualidade entre "ser académica" e "ser mulher", especialmente notada nas investigações realizadas sobre as escolhas e preferências profissionais, aparece veiculada nos discursos dos docentes, sobretudo mulheres que acabam por considerar, embora em número reduzido (comparativamente àqueles que afirmam que a duração é igual) que os homens terminam o doutoramento mais cedo, sendo que tal parece evidenciar a interferência de factores de tipo aparentemente exógeno, como os que têm a ver com o tempo biológico (por exemplo decidir ser mãe). O certo é que, como aparece nas entrevistas realizadas, os discursos femininos e masculinos tendem a enfatizar, quiçá sobre a forma de resposta de fachada, o peso da competência e do mérito, como se tratasse de duas variáveis externas aos espaços e tempos organizacionais e como se estes estivessem imunes em relação àquelas variáveis. No entanto,

contando com a análise de conteúdo das mesmas entrevistas e tendo em conta muito especialmente a forma como o tempo é desconstruído, *narrado* e *reflectido*, é visível que, não só os espaços académicos continuem permeáveis ao exercício de estereótipos sobre o modo de estar da mulher num tempo hierocrático na sua origem, como exista, de facto, uma permeabilidade entre os processos de transformação internos à organização da carreira e da universidade e o mundo de vida "pessoal" ou "privada" que não pode ser, nem tomada como adquirida, nem esquecida nos próprios processo de reprodução da ordem.

É um facto que os processos de realização identitária, como refere Inglehart (Inglehart e Wayne, 2000), estão a passar por alterações profundas e os desejos, os projectos e os futuros dos indivíduos fazem-se cada vez mais sem a força vinculativa do género no sentido em que é socialmente construído. No entanto, é preciso reflectir mais profundamente sobre os dados, sobre as informações, sobre os discursos e, dessa forma, entender que problematizar a "questão do tempo" das mulheres, neste caso académicas, passa pela problematização mais alargada sobre os quadros temporais dominantes na complexa trama social que extravasa os espaços circunscritos das organizações de "trabalho".

Como ideia final, é importante reter que há alguns pontos de convergência entre os dados de que disponho e as principais abordagens teóricas e explicativas encontradas. Em relação ao campo académico propriamente dito, destaco o facto de o isolamento social e científico terem propensão para serem mais assinalados pelas mulheres; o facto de os efeitos de género, a respeito da ascensão na carreira académica, poderem estar camuflados pela importância atribuída ao "conhecimentos privilegiados com pessoas que têm poder" e o facto de haver uma certa "hegemonia" do discurso da "igualdade", da "inevitabilidade" e da "omissão".

Finalmente, quero retomar a palavra que utilizo no título para explicitar que, apesar de tudo o que afirmei até aqui, não me parece que todo o interesse da questão se possa confinar à subscrição da existência de desigualdades nos usos do tempo biográfico e quotidiano, segundo o género. Ao retomar, por um lado, algumas considerações que fiz acerca do modo como a pergunta relativa às representações da extensão da duração do doutoramento, que é ela própria agente de construção de uma realidade, foi respondia e, por outro, a própria informação veiculada pelas respostas relativas ao tipo de práticas de orientação e de continuidade científica, é inevitável salientar que a "sevicia" das categorias não se manifesta apenas na reprodução da ordem social, isto é, através do modo como as acções e as atribuições se processam de forma sexuada e quase naturalizada num enredo em que se não é capaz de destrinçar a verdade e a ilusão da eficácia das próprias categorias. E isso tanto acontece ao nível dos espaços macro globais, como dos organizacionais em que os próprios processos de democratização, que correspondem tam-

bém à transformação e à erosão de certos estatutos e posições, convivem com o poder modelador das categorias, algumas das quais se tornam, ainda que com recurso a outros mecanismos de distanciamento, mais resistentes e "eficazes". A rigidez das categorias mostra-se, ela mesma, na forma como as diversas práticas dos agentes são classificadas com recurso a um arcabouço conceptual também contaminado pela inevitabilidade da classificação dicotómica entre tempo circular, como feminino e menos valorizado e o tempo linear, masculino e com mais valor. Mais do que isso, a sevicia das categorias acaba plasmada na forma como a própria realidade se constrói e dá a mostrar no modo de responder às perguntas das entrevistas e na maneira de responder aos questionários em que se toca um aspecto fundamental da identidade, como é o sexo (e género, obviamente). É imperioso conceber que a academia em Portugal persiste como um espaço masculino, não necessariamente porque exista só uma supremacia numérica de homens, mas porque as próprias mulheres reactualizam perfis, alguns numa postura vincadamente feminista, de tipo "abdicar de". Ao contrário da experiência da complexidade e da pluralidade, o caminho parece estar traçado no sentido do encaixe das práticas a determinadas categorias e classes. É o que acontece nas respostas masculinas, em que estes procuram "sinalizar" a igualdade e nas respostas femininas que se bifurcam entre o desconhecimento e a assunção (e interiorização) da diferença. A sevícia das categorias e a forma como estas impelem a uma visão e a uma organização do mundo sexuadas e, portanto, hierarquicamente valorizadas, mostram-se ainda, por um lado, nas práticas de orientação científica que é marcadamente masculina e que, portanto, modelará a construção de paradigmas de conhecimento referenciais e, por outro, nos processos de continuidade científica que gerarão modos de estar na academia "sexuadas" e, por isso, igualmente duais.

Agradeço aos editores da revista as correcções e as sugestões realizadas à primeira versão deste texto. A versão final é, obviamente, da minha responsabilidade.

Referências

AMÂNCIO, L e ÁVILA, P. (1995), "O género na ciência" *in* Jorge Correia Jesuíno (ed.) *A comunidade científica portuguesa*, Oeiras, Celta.

ANDERSON, D. *et al* (2000), *Changes in academic work –implications for universities of the changing age distribution and wok roles of academic staff*, (policopiado).

ARAÚJO, E. (2002), "Orientação e tempo de dispensa para doutoramento" *in* J.A Costa *et al*, *Avaliação de Organizações Educativas*, Aveiro, 2002, pp. 397-415.

BAGIHOLE, B. e GOODE, J. (2001), **"**The Contradiction of the Myth of Individual Merit, and the Reality of a Patriarchal Support System in Academic Careers: A Feminist Investigation**",** *The European Journal of Women's Studies*, vol. 8, nº 2, pp. 161-180.

BARRETO, A. *et al* (org.) (1997), *A situação social em Portugal, 19960-95*, Lisboa, Universidade de Lisboa

BARRETO, A. *et al* (org.) (2000), *A situação social em Portugal, 19960-99*, Lisboa, Universidade de Lisboa.

BASOW, S.A. (1998), "Student evaluations: the role of gender bias and teaching styles" *in L.H.* Collins *et al* (ed.) *Career strategies for women in academe: Arming Athena*, Thounsand Oaks, Sage.

BENOKRARTIS, N. (1998), 'Working in the Ivory basement: subtle sex discrimination in Higher Education" *in* L.H. Collins *et al* (ed.) *Career strategies for women in academe: Arming Athena*, Thousand Oaks, Sage.

BERGER, T. (1994), *Perspectivas Sociológicas*, S. Paulo, Zahar.

BERNARD, J. (1964), Academic *women*, University Park, Pennsylvania University Press.

BRADLEY, K. (2000), 'The incorporation of Women into Higher Education: paradoxical outcomes?', *Sociology of Education,* nº73, Vol 1, pp.1-18.

BROOKS, A. (1997), *Academic women*, Open University Press, Society for Research Into Higher Education.

CARLI, L. L. (1998), "Coping with adversity. Career strategies for women in academe. Arming Athena" *in* L.H. Collins *et al* (ed.) *Career strategies for women in academe: Arming Athena*, Thousand Oaks, Sage.

CHAMBERLAIN, M. K. e. (1988), *Women in academe: progress and prospects.* New York, Russell Sage Foundation.

CHRISLER, J.C. (1998), 'Teacher versus scholar: role conflict for women?' in L.H. Collins (ed.) *Career strategies for women in academe: Arming Athena*, Thounsand Oaks, Sage.

COLLINS, P.H. (1990), *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*, London, Routledge.

DELAMONT, S. (1989), "Gender and British postgraduate funding policy: a critique of the Winfield Report", *Gender and Education*, Vol.1, nº1, pp. 51-57.

DIAS, A. R. A., *et al* (1986), "A universidade dos doutores? 1970-85: uma macro-radiografia", *Jornal da Educação* (Nov.).

Disponível: http://www.oct.mct.pt/pt/estatisticas/outrosIndicadores/doutoramentos/4.htm

DUBOIS, P. (1999), "Rationalization du temps universitaire", *Sociologia del Lavoro - Temps, Statut et conditions du travail - speciali VII Jounées de Sociologie du t*ravail, Bolonha, 17-18-19 Jun, pp.211-228.

EDYE, D. e LINTNER, V. (1996), *Contemporay Europe*, Prentice Hall.

EUROSTAST (2001), "Women hold less than one third of posts in higher education teaching and public research", disponível: europa.eu.int (pesquisa em 16 de Janeiro de 2002).

FERNANDES, T.S. (1993), "A assimetria dos sexos e construção do mundo social na teoria de Georg Simmel", *Sociologia, problemas e práticas*, nº13, pp. 19-39.

FORSTER, N. (2000**), "**A case study of women academics' views on equal opportunities, career prospects and work-family conflicts in a British university", *Women in Management Review*, vol. 15, nº 7, pp. 316-330.

FOX, M.F. e STEPHAN. P. E. (2001), 'Careers of young scientists": preferences, prospects and realities by gender and field', *Social Studies of Science* Vol.31, nº1, pp. 109-119.

GAGO, M. (ed.) (1994), *Prospectiva do ensino superior em Portugal*, Lisboa, Departamento de Programação e Gestão Financeira do Ministério da Educação.

GAIO, G.(2000), "O género na ciência: o caso particular da Universidade do Minho.", Texto apresentado no V Congresso Nacional de Sociologia, Coimbra, pp. 1-14.

HOCSCHILD, A. (1997), *The time bind, when works becomes home and home becomes work,* New York, Henry Holt Company.

http://pandora.nla.gov.au/pan/33861/20030326/www.dest.gov.au/highered/otherpub/academic_work.htm

INE (1998), *Portugal Social* 1991-1995.

INE (2000), *Inquérito à Ocupação do tempo 1999.*

INGLEHART, R. B., Wayne E. (2000), "Modernization, cultural change, and the persistence of traditional values", *American Sociological Review,* nº 65, pp.19-51.

JOHNSON, L. e LEE, A. (2000), "The PhD and the autonomous Self: gender, rationality and postgraduate pedagogy", *Studies in Higher Education,* vol. 25, nº2, pp.135-147.

JONES, E. e OPPENHEIM, C. (2002),"Glass ceiling issues in the UK library profession", *Journal of Librarianship and Information Science*, vol. 34, nº2, pp. 103-116.

KERLIN, R. A. (1997), *Towards a Theory of Woman's Doctoral Persistence*, Canada, University of Victoria.

KIM, T. (1990), *Gender and subject in Higher Education.* Buckingham, The society for Higher Education.

LEDWITH, S. e MANFEDI, S. (2000), "Balancing Gender in Higher Education: A Study of the Experience of Senior Women in a 'New' UK University", *The European Journal of Women's Studies*, vol. 7, nº 1, pp. 7-33.

LEVINE, D.N (ed.) (1971), *George Simmel on individuality and social forms - selected writings*, Chicago, The University of Chicago Press.

LEVY, P.S. (1982), "Surviving in a predominantly white male institution" *in* Vartoli, S. (ed.) *The PhD Experience: a women's point of view*, New York, Praegar.

LEYSTICK, L. S. (1982), "The impossible dream: the PhD, the marriage and family" *in* Vartuli, S., *The PhD Experience: a women's point of view"*, New York, Praeger Publishers, pp. 93-105.

LOTT, B. and ROCHIO, L.M. (1998), "Standing up, talking back and taking charge: strategies and outcomes in collective action against sexual harassment" *in* L.H. Collins *et al* (ed.) *Career strategies for women in academe: Arming Athena*, Thousand Oaks, Sage LUKE, C. (2002), **"**Globalization and Women in Southeast Asian Higher Education Management", *The Teachers College Record*, vol. 104, nº 3, pp. 625-662.

MAGALHÃES, M. J. (1998), *Movimento Feminista e Educação*, Oeiras, Celta.

NOBLE, K (1994), *Changing doctoral degrees: an international perspective*, Open University Press.

OBSERVATÓRIO DAS CIÊNCIAS E DAS TECNOLOGIAS (2002), *Ciências e Tecnologia principais indicadores estatísticos,* disponível: www.oct.mct.pt

QUINA, K. *et al* (1998), 'Breaking the (Plex-)Glass ceiling in Higher Education' *in* L.H. Collins *et al* (ed.) *Career strategies for women in academe: Arming Athena*, Thousand Oaks, Sage.

RIESMAN, D. (1971/1950), *A multidão solitária*, S. Paulo, Perspectiva.

ROSAS, F. (1998), "Estado Novo, universidade e depuração política", *Seara Nova*, nº62, pp. 11-20.

SAID, E. W. (2000), *Representações do intelectual: As palestras de Reith de 1993*, Lisboa, Colibri.

SLAUGHTER, S. e LESLIE, L. (1997), *Academic capitalism – politics, policies and the entrepreneurial university*, Baltimore e Londres, John Hopkins University Press.

SMITH, R. (2002), "Race, Gender and authority in the workplace: theory and research", *Annual Review of sociology*, nº 28, pp. 509-542.

TOREN, N. (2001), "Women in academe: the Israeli case"**,** *International Journal of Sociology and Social Policy*, vol. 21, nº 1-2, pp. 50-56.

TURNER, B.S. (1994/1983), *Religion and Social Theory*, Sage.

UKMACCOBY, E. (1990), 'Le sexe, catégorie social', *Actes de Recherche en Sciences Sociales*, nº83.

VARTULI, S. (ed.) (1982), The *PhD Experience: a women's point of view*", New York, Praeger Publishers.

WELSH, S. (1999), "Gender and sexual harassment", *Annual Review of Sociology*, Vol. 25.

WILLIAMS, C. *et al* (1999), "Sexuality in the workplace: organizational control, sexual harassment and the pursuit of pleasure ", *Annual Review of Sociology*, nº25, pp.73-93.